



ESEDH

Relatório da Escola de Educação em Direitos Humanos

Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos

2015

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

CARLOS ALBERTO RICHA
GOVERNADOR DO ESTADO

CIDA BORGHETTI
VICE-GOVERNADORA DO ESTADO

LEONILDO DE SOUZA GROTTA
SECRETÁRIO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS



ESCOLA DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

SÔNIA MONCLARO VIRMOND
DIRETORA

SÉRGIO AGUILAR SILVA
ASSESSOR TÉCNICO

YASMIN SIMÕES GÓIS
ASSESSORA TÉCNICA

MARCELA GUEDES
ESTAGIÁRIA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

BARBARA BOCZKOSKI MAZUR
ESTAGIÁRIA DE DESIGN GRÁFICO



APRESENTAÇÃO

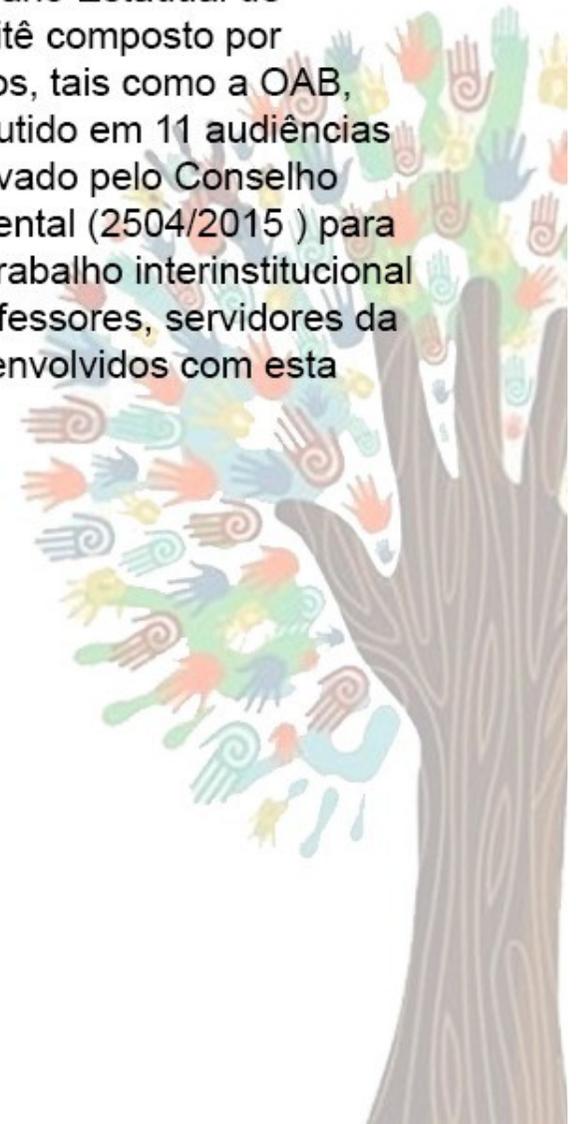
A partir de abril de 2011, a Escola Penitenciária – ESPEN, criada em 1992, e vinculada ao Departamento Penitenciário, com o objetivo de formar e capacitar servidores da área penitenciária, passou a denominar-se Escola de Educação em Direitos Humanos.

A nova denominação trouxe em seu bojo a temática Direitos Humanos, que se torna um eixo transversal em todas as ações desenvolvidas neste centro formador.

Em dezembro de 2014, com a desvinculação do Departamento Penitenciário da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, a ESEDH permanece nesta mesma secretaria de estado, mas, agora, num outro plano: a de órgão de execução programática, no nível dos departamentos de Defesa do Consumidor – PROCON; de Direitos Humanos e Cidadania – DEDIHC; e de Atendimento Socioeducativo – DEASE, este último na condição de novo integrante da SEJU.

Esta configuração implica a reorganização do escopo de trabalho e de serviços da ESEDH, que passa a estender as suas atividades junto aos outros departamentos e a SEJU.

Além disso, uma outra tarefa, esta de caráter interinstitucional, passa a ser objeto do trabalho da ESEDH: trata-se da implementação do Plano Estadual de Educação em Direitos Humanos, elaborado por um comitê composto por membros de secretarias estaduais, além de outros órgãos, tais como a OAB, Ministério Público, entre outros. Este documento foi discutido em 11 audiências públicas, ao longo dos anos 2013, 2014 e 2015; foi aprovado pelo Conselho Estadual de Educação; e editado em Decreto governamental (2504/2015) para ser implementado sob a coordenação da ESEDH, num trabalho interinstitucional e multidisciplinar, junto aos órgãos e aos servidores (professores, servidores da área de segurança) que, direta ou indiretamente, estão envolvidos com esta temática.

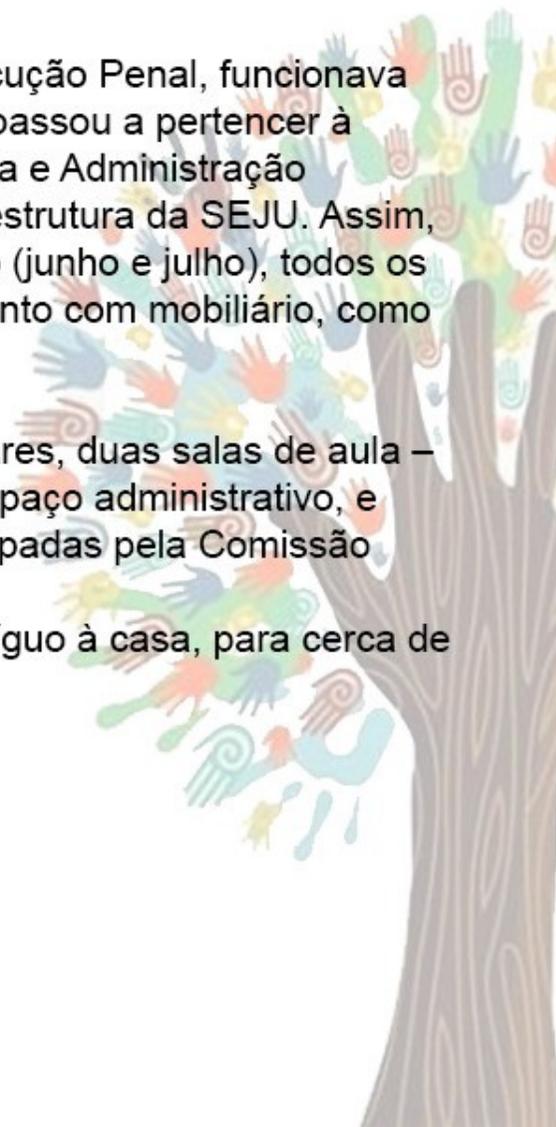


REORGANIZANDO A INFRAESTRUTURA

A ESEDH, quando vinculada ao Departamento de Execução Penal, funcionava na rua Almirante Tamandaré, 1133. Quando o DEPEN passou a pertencer à estrutura da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária, apenas o espaço físico permaneceu na estrutura da SEJU. Assim, durante os dois primeiros meses de seu funcionamento (junho e julho), todos os esforços foram concentrados para equipar o espaço, tanto com mobiliário, como com equipamentos.

Atualmente, a ESEDH possui um auditório com 90 lugares, duas salas de aula – uma com 25 lugares e outra menor, com 20 lugares, espaço administrativo, e para a equipe técnica, além de duas salas que são ocupadas pela Comissão Permanente de Processo Administrativo.

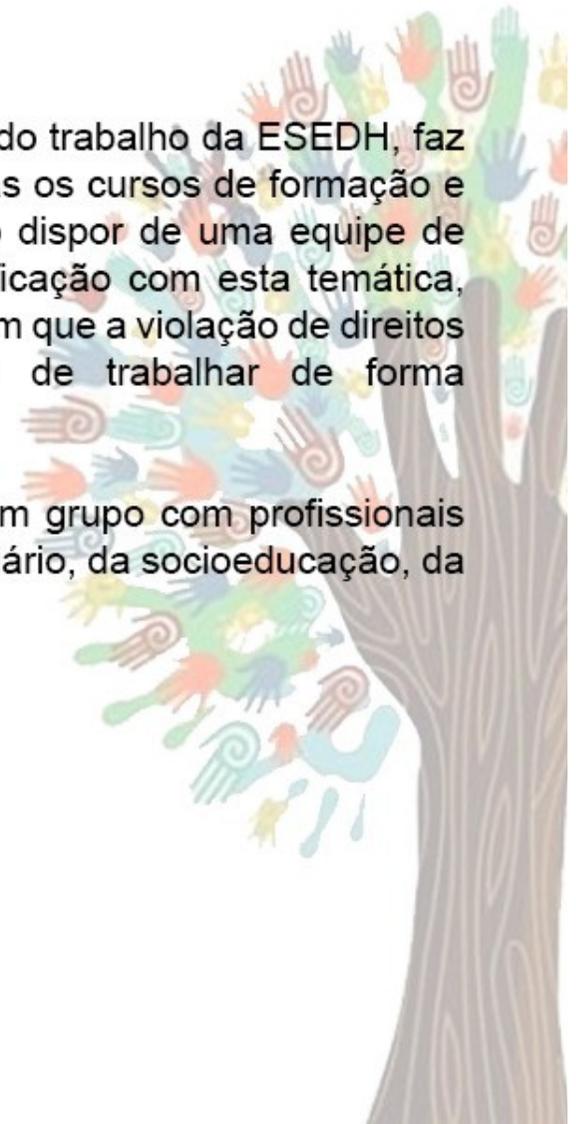
A ESEDH dispõe também de um estacionamento, contíguo à casa, para cerca de 20 veículos.



ORGANIZANDO A EQUIPE TÉCNICA

A temática Direitos Humanos, além de ser a essência do trabalho da ESEDH, faz parte também de uma abordagem transversal em todos os cursos de formação e de capacitação aqui ofertados. Para tal, é necessário dispor de uma equipe de profissionais que tenham formação humanista, identificação com esta temática, capacidade para realizar a interlocução com as áreas em que a violação de direitos é uma constante e, especialmente, a habilidade de trabalhar de forma interdisciplinar e interinstitucional.

Foi nesta perspectiva, que está se tentando formar um grupo com profissionais oriundos das áreas da segurança, do sistema penitenciário, da socioeducação, da educação básica e da educação superior.

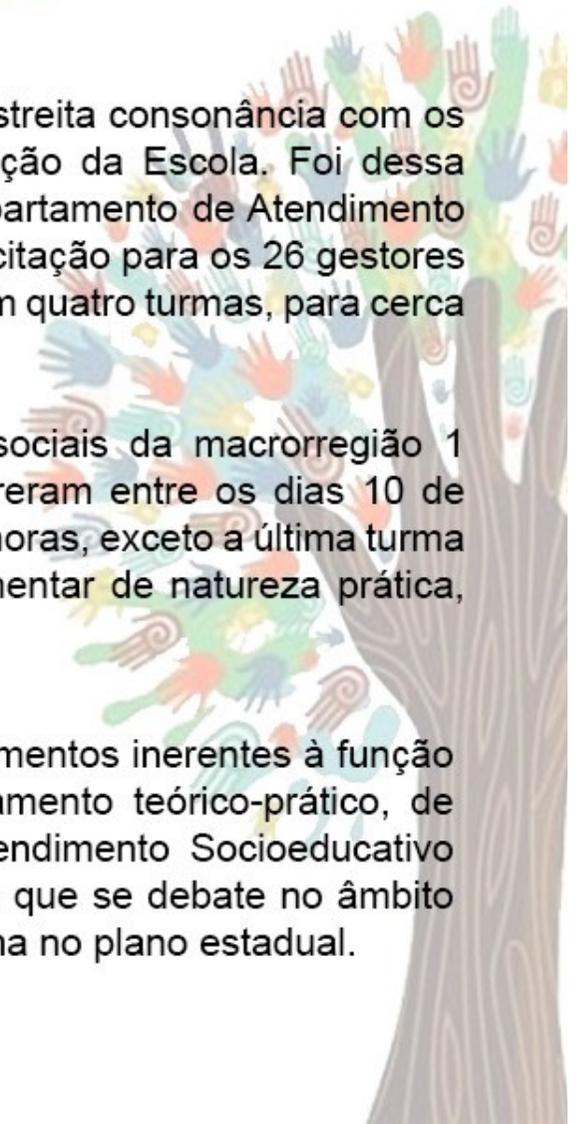


CURSOS DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO

Uma das atividades da ESEDH é ofertar cursos, em estreita consonância com os objetivos dos Departamentos que demandam esta ação da Escola. Foi dessa forma que, em conjunto com a equipe técnica do Departamento de Atendimento Socioeducativo, a ESEDH formatou um curso de capacitação para os 26 gestores do sistema socioeducativo e um curso de formação, com quatro turmas, para cerca de 120 educadores sociais.

Os cursos, que foram destinados aos educadores sociais da macrorregião 1 (Curitiba, região metropolitana e Ponta Grossa) ocorreram entre os dias 10 de novembro a 19 de dezembro, com carga horária de 24 horas, exceto a última turma de educadores, que recebeu uma formação complementar de natureza prática, cujo total foi de 48 horas-aula.

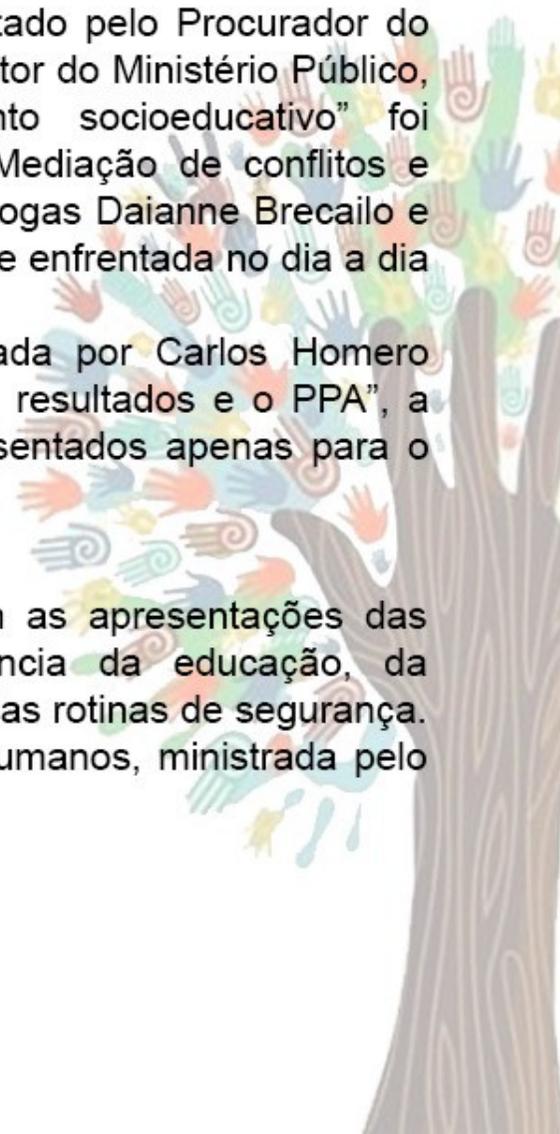
As capacitações têm por objetivo aprimorar os conhecimentos inerentes à função destes profissionais, a fim de desenvolver um alinhamento teórico-prático, de acordo com as políticas do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Assim, os temas foram definidos a partir do que se debate no âmbito nacional e das peculiaridades da organização do sistema no plano estadual.



“Adolescência, vulnerabilidade social, violência e criminalização da juventude” foi o tema de abertura para cada um dos cursos, ministrado, alternativamente, pelas docentes Aline Fioravante, Priscilla Placha Sá e Flávia Fernandes de Carvalhaes; “Legislações protetivas e SINASE” foi o tema apresentado pelo Procurador do Ministério Público, Murilo José Digiácomo, e pelo Promotor do Ministério Público, Régis Sartori; “A responsabilização no atendimento socioeducativo” foi amplamente debatida por Ricardo Peres da Costa; “Mediação de conflitos e Comunicação Não Violenta”, tema debatido pelas psicólogas Dianne Breailo e Juliana Zilli Bley, foi extremamente útil para a realidade enfrentada no dia a dia dos profissionais da socioeducação.

Por fim, “O desafio da gestão e do gestor”, ministrada por Carlos Homero Giacomini; e “Planejamento Estratégico, a gestão para resultados e o PPA”, a cargo de Reginaldo Witiuk, foram os dois temas apresentados apenas para o grupo de gestores.

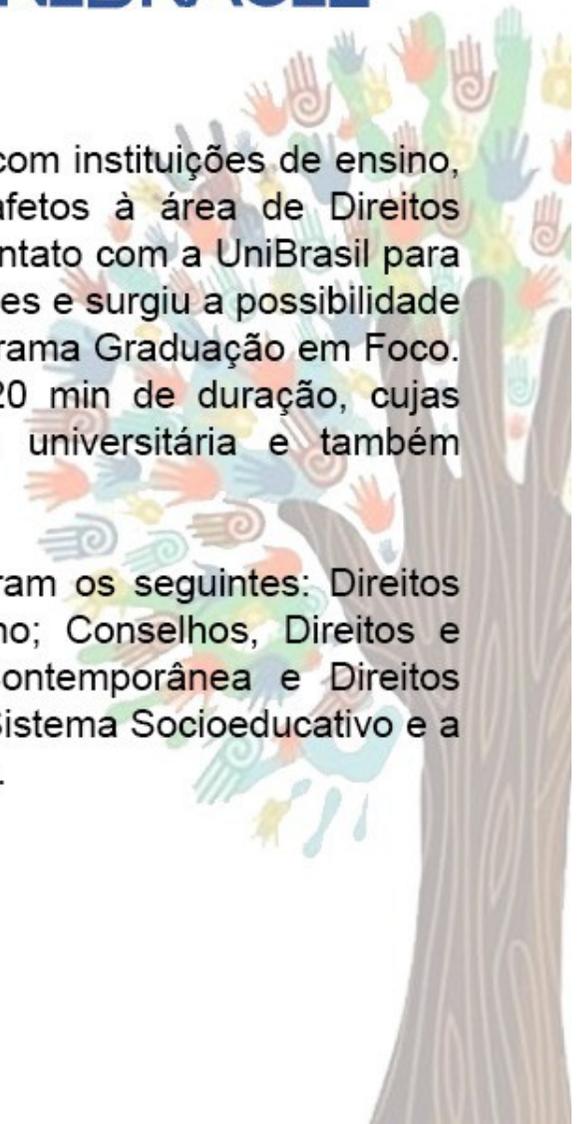
Todos os educadores sociais contaram, também, com as apresentações das Divisões Técnicas do DEASE, referente à importância da educação, da abordagem psicossocial no processo socioeducativo, e das rotinas de segurança. Além disso, houve uma apresentação sobre Direitos Humanos, ministrada pelo professor Sérgio Aguilar, da equipe da ESEDH.



A ESEDH EM UM TRABALHO DE INTERFACE COM A UNIBRASIL

Um dos objetivos da ESEDH é estabelecer parcerias com instituições de ensino, governamentais ou privadas, para debater temas afetos à área de Direitos Humanos. Foi nesta perspectiva que se buscou um contato com a UniBrasil para discutir canais de comunicação entre as duas instituições e surgiu a possibilidade de se participar, junto ao curso de Jornalismo, do programa Graduação em Foco. Trata-se de um programa de rádio semanal, com 20 min de duração, cujas entrevistas são divulgadas a toda a comunidade universitária e também disponibilizadas no formato You Tube.

Os temas tratados e os convidados entrevistados foram os seguintes: Direitos Humanos e Direito à Diferença, com André Godinho; Conselhos, Direitos e Participação Social, com Ana Raggio; Migração Contemporânea e Direitos Humanos, com Louise Raymundo e Adriane Vieira; e Sistema Socioeducativo e a Maioridade Penal, com Gláucia Renno e Sérgio Aguilar.

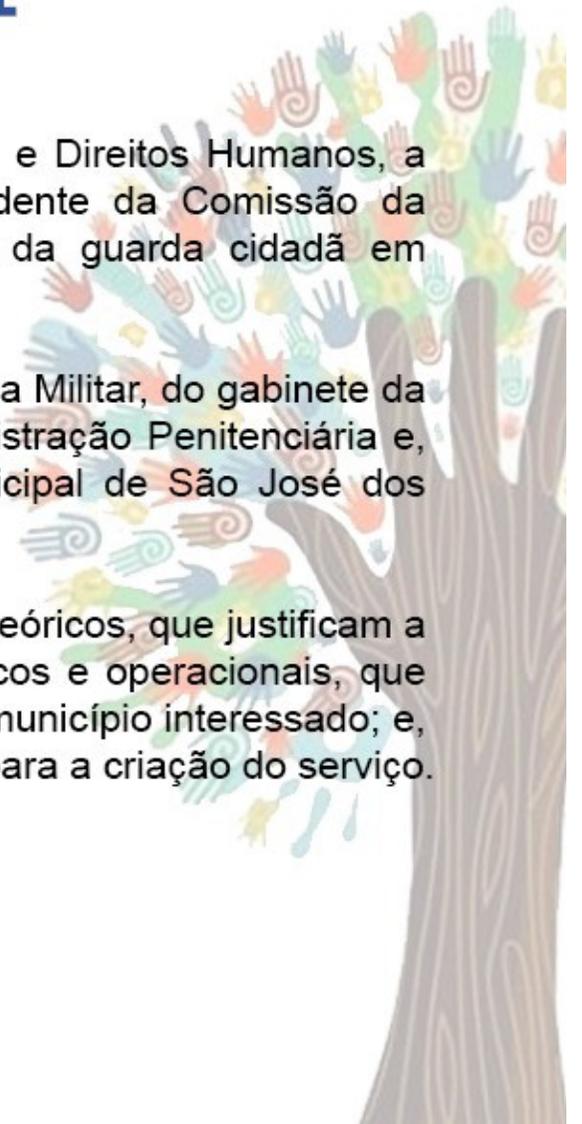


A ESEDH E PROJETOS ESPECIAIS – I

A pedido do secretário de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, a direção da ESEDH participou, na qualidade de Presidente da Comissão da realização de estudos tendo em vista a implantação da guarda cidadã em municípios paranaenses.

A referida comissão foi constituída por membros da Polícia Militar, do gabinete da Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Administração Penitenciária e, posteriormente, a convite, pelo diretor da Guarda Municipal de São José dos Pinhais.

O estudo foi organizado em três partes: os fundamentos teóricos, que justificam a implementação da Guarda Municipal; os aspectos técnicos e operacionais, que fornecem os passos para a constituição da Guarda pelo município interessado; e, por fim, os aspectos financeiros, que estimam os custos para a criação do serviço.

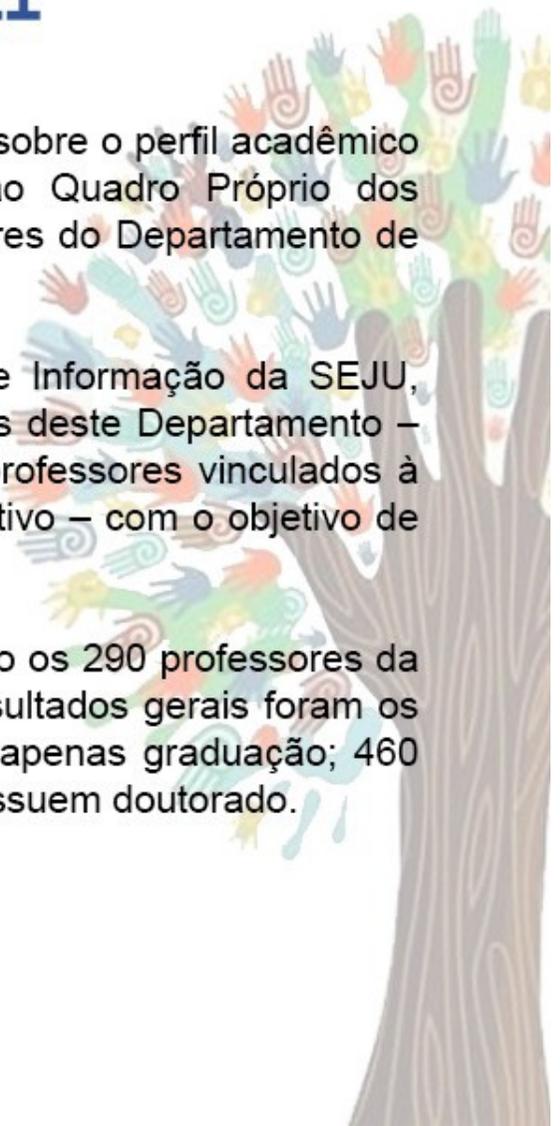


A ESEDH E PROJETOS ESPECIAIS – II

Atualmente, a administração estadual não possui dados sobre o perfil acadêmico dos seus servidores, em especial os pertencentes ao Quadro Próprio dos Profissionais do Estado, do qual fazem parte os servidores do Departamento de Atendimento Socioeducativo.

Assim, e com o inestimável apoio técnico do Setor de Informação da SEJU, procedeu-se a uma pesquisa junto a todos os servidores deste Departamento – educadores sociais, técnicos, técnicos-administrativos, professores vinculados à SEED, mas que prestam serviço ao sistema socioeducativo – com o objetivo de estabelecer um perfil acadêmico dos profissionais.

Dos 1626 servidores do sistema socioeducativo, incluindo os 290 professores da SEED, cerca de 960 responderam a pesquisa, cujos resultados gerais foram os seguintes: 119 não possuem graduação; 313 possuem apenas graduação; 460 possuem especialização; 57 possuem mestrado; e 15 possuem doutorado.

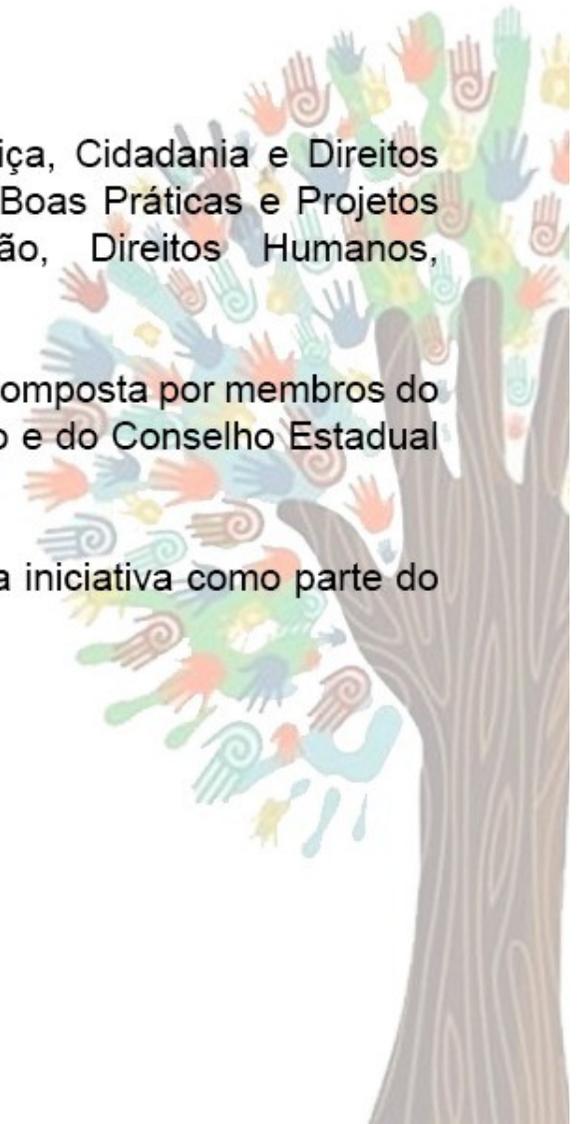


A ESEDH E PROJETOS ESPECIAIS – III

Por iniciativa do senhor Secretário de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, foi lançado, em outubro de 2014, o prêmio Boas Práticas e Projetos Inovadores, nas categorias de Segurança, Gestão, Direitos Humanos, Socioeducação e Justiça Restaurativa.

A direção da ESEDH presidiu a comissão de avaliação, composta por membros do DEDIHC, DEASE e representantes do Ministério Público e do Conselho Estadual dos Direitos da Infância e da Adolescência.

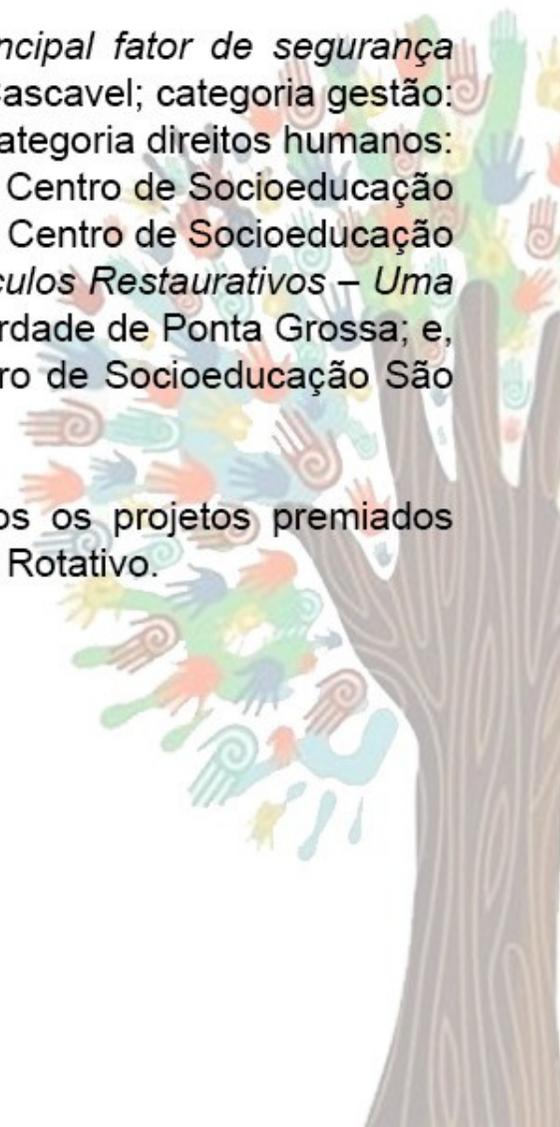
Foram recebidos mais de 30 projetos, o que coloca esta iniciativa como parte do calendário da SEJU.



Os prêmios foram assim distribuídos:

Categoria segurança: *“A lógica do cuidado como principal fator de segurança dentro da semiliberdade”* - Casa de Semiliberdade de Cascavel; categoria gestão: *“Articulação”* – Centro de Socioeducação Cascavel 2; categoria direitos humanos: *“Além do olhar aprisionado: A vida pelos Meus Olhos”* - Centro de Socioeducação de Toledo; Categoria Socioeducação: *“NOVA MENTE”* - Centro de Socioeducação de Campo Mourão,; categoria justiça restaurativa: *“Círculos Restaurativos – Uma proposta para a construção da paz”* - Casa de Semiliberdade de Ponta Grossa; e, por fim, categoria hors concours: *“Rádio Web”* - Centro de Socioeducação São Francisco.

As unidades nas quais foram ou serão desenvolvidos os projetos premiados receberão um adicional de 20% nos recursos do Fundo Rotativo.





ESEDH